



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ – ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER CJR

Projeto de Lei nº 061/2025 – EXECUTIVO

Autor: Poder Executivo Municipal

Relator: Vereador Thiago Henrique Carlos da Silva

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 061/2025 – Executivo dispõe sobre a alteração e regulamentação dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de serviços no Município de São João do Ivaí, incluindo bares, lanchonetes, restaurantes, pizzarias, lojas de conveniência e postos de combustíveis.

A proposta estabelece horários diferenciados para dias úteis, finais de semana, vésperas de feriados e datas especiais, além de possibilitar a regulamentação complementar por decreto do Poder Executivo. Revoga expressamente a Lei Municipal nº 1.334/2005.

II – ANÁLISE TÉCNICO-JURÍDICA

Competência e Iniciativa

Nos termos do art. 30, I e II, da Constituição Federal, compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual. O disciplinamento de horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais insere-se claramente nessa esfera de interesse, sendo tema tipicamente local, vinculado à organização urbana, segurança pública e bem-estar da coletividade.

A iniciativa é legítima, sendo prerrogativa do Chefe do Poder Executivo Municipal propor tal medida, conforme a matéria envolve aspectos administrativos e de organização dos serviços municipais.



Constitucionalidade e Legalidade

Não se identificam vícios de constitucionalidade material ou formal. O projeto respeita os princípios constitucionais, não viola direitos fundamentais e está em conformidade com o princípio da livre iniciativa (art. 1º, IV, da CF/88), que pode ser regulada por normas de interesse público e urbanístico, desde que não haja restrições arbitrárias ou desproporcionais.

A norma também observa os princípios da legalidade, proporcionalidade e razoabilidade, além de permitir flexibilização por meio de decreto, o que garante dinamicidade à aplicação da norma sem necessidade de nova lei em cada situação especial.

Juridicidade

A proposição está em harmonia com o ordenamento jurídico, sendo compatível com as normas gerais de direito administrativo e respeitando os princípios da Administração Pública estabelecidos no art. 37 da Constituição Federal.

A previsão de sanções pelo descumprimento da norma encontra amparo na legislação municipal e preserva o interesse público, sem prejuízo das garantias do contraditório e da ampla defesa no processo administrativo.

Técnica Legislativa

A redação do projeto observa, em regra, os preceitos da Lei Complementar Federal nº 95/1998, apresentando estrutura adequada com ementa, dispositivos normativos, definições e cláusula de revogação.

Sugere-se, no entanto, como medida de aprimoramento técnico, a padronização da forma de indicação dos horários, recomendando-se o uso da grafia por extenso ou na forma “das 06h00 às 24h00”, conforme prática legislativa usual. Tal ajuste confere maior clareza e evita interpretações dúbias.



A cláusula de revogação (art. 6º) é expressa, conforme exigido pelo art. 9º da LCP nº 95/1998.

III – CONCLUSÃO DO RELATOR

Diante da análise jurídica, técnica e legislativa empreendida, concluo que o Projeto de Lei nº 061/2025 é constitucional, legal, jurídico e adequadamente redigido, observando os princípios da boa técnica legislativa.

Voto, portanto, favoravelmente à regular tramitação e aprovação do projeto, com a sugestão de aperfeiçoamento redacional quanto à padronização da indicação dos horários.

São João do Ivaí, 15 de agosto de 2025.

Thiago Henrique Carlos da Silva
Relator da Comissão de Justiça e Redação



PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

A Comissão de Justiça e Redação, reunida para deliberar sobre o Projeto de Lei nº 061/2025 – Executivo, acompanhando o voto do relator, manifesta-se favoravelmente à sua aprovação, considerando-o compatível com os preceitos constitucionais, legais e regimentais aplicáveis, com sugestão de aperfeiçoamento redacional para padronização dos horários previstos.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2025.



Joaquim Henrique da Cunha Silvério

Presidente



Thiago Henrique Carlos da Silva

Relator



Astalaír Tiba Monteiro

Membro